



VIVENDO NAS SOMBRAS: A CRISE HUMANITÁRIA DOS REFUGIADOS SÍRIOS NA JORDÂNIA E OS LIMITES DA SOBERANIA

LIER PIRES FERREIRA*

Resumo: Quase três décadas após a derrocada do Socialismo Real, a “nova ordem” internacional ainda não foi capaz de equacionar a questão das crises humanitárias que emergiram a partir dos anos 1990. No presente, um dos dramas humanitários mais intensos desenvolve-se na Síria, país sobre o qual recente relatório das Nações Unidas, intitulado *Living in the shadows. Home Visits Report 2014 | Syrian Refugees in Jordan*, sumariza as condições sub-humanas em que vivem milhares de refugiados sírios. Tendo como base o relatório em tela, o presente trabalho faz uma análise interpretativa dos dados levantados pela ONU e os correlaciona com a questão da soberania estatal no contexto da “ordem” internacional ainda em construção.

Palavras-chave: Refugiados. Soberania Intervenção Humanitária.

Living in the Shadows: the humanitarian crisis of Syrian refugees in Jordan and the limits of sovereignty

Abstract: Almost three decades after the collapse of Real Socialism, the "new order" international was not able to balance the issue of humanitarian crises that emerged from the year 1990. At present, one of the most intense humanitarian tragedies develops in Syria, where recent United Nations report, entitled “Living in the shadows. Home Visits Report 2014 | Syrian Refugees in Jordan”, summarizes the sub-human conditions in which they live thousands of Syrian refugees. Based on the report screen, this work is an interpretative analysis of the data by the UN and correlates with the issue of state sovereignty in the context of "order" international still under construction.

Keywords: Refugees. Sovereignty. Humanitarian Intervention.

* Doutor em Direito/UERJ. Professor do PPGPRI/UCAM, IBMEC/RJ e CP2.
Email: lier.piresferreira@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em seu clássico *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, André Gunder Frank expunha a tese de que, em sua natureza, as relações entre metrópoles e colônias na América Latina podem ser expressas como uma cadeia de subordinações sucessivas, de modo que as regiões hoje mais subdesenvolvidas e marcadas pela pobreza são aquelas que, no passado, gozaram de laços mais estreitos com suas respectivas metrópoles (FRANK, 1966). Tendo vivido um período áureo de prosperidade, essas regiões, de que são exemplos Potosí e Sucre, ambas na Bolívia, posteriormente entraram num ciclo vertiginoso de decadência, sendo, hoje, sombras pálidas do que foram no passado.

Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado à Síria. Com uma história de mais de 50 séculos, o país foi dominado pela França após a I Guerra Mundial, encerrando o longo domínio político até então do exercido pelo Império Turco-Otomano. Sob a tutela de Paris e lastreada numa grande produção petrolífera, a Síria tornou-se uma das joias do Império Colonial Francês, desfrutando de riqueza e prestígio internacional. Suas elites locais, tal como também acontecera na Bolívia e em tantos outros países subdesenvolvidos ao redor do mundo (vide as experiências brasileira em Ouro Preto/MG, com o Ciclo do Ouro, e Manaus/AM, durante o Ciclo da Borracha), locupletaram-se dessa riqueza ao passo que, entre a população em geral, jamais deixou de grassar expressivo grau de pobreza e miséria.

Posta na periferia do sistema capitalista com o fim do domínio francês, em 1946, a Síria atravessou os anos 1950 e 1960 sob os impactos do projeto de unificação política dos países árabes, tendo tido, também, importante participação nas guerras árabe-israelenses na transição dos anos 1960 para os anos 1970, bem como na Guerra do Líbano, nos anos 1980. Potência regional no contexto do Oriente Médio, *status* conquistado no alvorecer dos anos 1970 quando a ascensão do general Hafez al-Assad ratificou o domínio político do Partido Socialista Árabe Ba'ath (ou Baath), a Síria viveu em relativa paz e prosperidade até o alvorecer do século XXI.

O domínio Ba'ath (partido fundado em 1947 pelo filósofo cristão sírio Michel Aflaq) conferia certa estabilidade política ao país, inoculando quaisquer forças centrífugas de maior expressão. Esse cenário perdurou até 2011 quando o governo de Bashar al-Assad (filho e sucessor de Hafez al-Assad) foi duramente questionado pelas forças disruptivas da “Primavera Árabe”. Desde então, a Síria vive um conflito civil sangrento, cujas consequências humanitárias estão entre as mais gravosas do mundo contemporâneo. Esse verdadeiro drama humanitário é o mote do presente *papper*. Tendo como base o relatório das Nações Unidas (ONU), intitulado *Living in the shadows. Home Visits Report 2014|Syrian Refugees in Jordan*, buscou-se realizar uma análise interpretativa dos dados levantados pela ONU e correlacioná-los com a questão da soberania estatal no contexto da “ordem” internacional ainda em construção.

2 ANÁLISE GERAL DO RELATÓRIO

Os conflitos entre forças leais ao governo e insurgentes na Síria, desde 2011, já produziu mais de um milhão de deslocados, muitos dos quais estão alojados na Jordânia. “No total, a população síria refugiada registrada na Jordânia é de 620 mil pessoas. Desses, cerca de 84% vivem fora de campos [para refugiados] (ONU, 2014).” Desde a deflagração dos conflitos na Síria, a Jordânia abriu suas fronteiras para os refugiados. Trata-se, verdadeiramente, de um ato de grande envergadura humanitária que, mesmo apoiado por diferentes organizações humanitárias, evidencia a solidariedade do povo jordaniano para com seus pares egressos da Síria.

A receptividade do povo jordaniano é tão ou mais significativa quando se sabe que o mundo possui aproximadamente 200 milhões de migrantes, sendo certo que as atuais políticas migratórias dos países tendem a limitar a migração regular/legal. Essa visão é esposada por autores como Noam Chomsky, que denuncia que uma das condições para o ingresso da Espanha na então Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi servir de barreira para os migrantes norte-africanos que, pelo seu território, adentravam na Europa. Vê-se, pois, uma disponibilidade decrescente da comunidade internacional em receber migrantes, de qualquer natureza, inclusive refugiados, o que torna o ato jordaniano ainda mais relevante.

A crise humanitária na Síria é brutal e, para além da questão política e militar que lhe é inerente, a massa de refugiados sírios (em grande parte presente na Jordânia) “representa uma pressão dramática na economia e na sociedade do país, além do ‘terrível’ impacto de segurança da própria crise na Síria.” (ONU, 2014). Foi essa questão social e econômica, cronicamente alojada no bojo da questão política e militar que lhe é inerente, que motivou o relatório sob análise, promovido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Focado nas reais condições materiais de existência dos refugiados sírios na Jordânia, o relatório da ONU revela que dos

520.000 refugiados, ou 84% dos 620 mil refugiados sírios registrados no ACNUR da Jordânia, vivem em áreas urbanas. Desde o início da

crise, em 2011, o Governo da Jordânia abriu as suas portas aos refugiados sírios, e em conjunto com as organizações humanitárias forneceu-lhes os serviços essenciais e apoio. Ocorre que a situação de muitos refugiados está cada vez mais terrível, já que sua poupança e outros recursos estão gradualmente se esgotado. (Livre Tradução).

O relatório sob análise, que metodologicamente abrange cerca de 150 mil refugiados sírios, mostra que mais de 2/3 das famílias de refugiados vivem abaixo da linha da pobreza, sendo certo que 1/6 dos refugiados vivem com menos de US\$39.6/mês ou US\$1.32/dia, considerando o período de 30 dias por mês.” (ONU, 2014). O texto também revela que os custos com aluguel estão entre as principais despesas das unidades familiares dos refugiados, sendo responsáveis por mais da metade do total dessas despesas (ONU, 2014).

Segundo a metodologia utilizada pelas Nações Unidas na produção do relatório em tela, as condições de vida de quase metade dos refugiados foram mal classificadas. Considerando, por exemplo, a qualidade das habitações hoje utilizadas pelas famílias de refugiados sírios na Jordânia, algo essencial para uma vida digna, estas foram avaliadas como sendo ruins ou mesmo inabitáveis (ONU, 2014). A ONU assevera que “um quarto das famílias possuem fornecimento de eletricidade não confiáveis, 46% não possuem aquecimento e 20% não têm sequer latrinas em regular funcionamento. Outrossim, quase a metade das famílias compartilham seus alojamentos com outras famílias de refugiados.” (ONU, 2014; Livre Tradução).

Dados consolidados no relatório também revelam que:

- a) 47% das famílias de refugiados vivem em abrigos em condições ruins ou indignas;
- b) 46% não possuem aquecimento doméstico; e
- c) 52% não possuem mobiliário adequado.

Outrossim, a pesquisa mostra que 50% das famílias de refugiados sírios na Jordânia estão reduzindo a quantidade de alimentos ingeridos. Além disso, 43% também estão reduzindo a qualidade dos alimentos. (ONU, 2014).

Diante desse quadro de dificuldades crescentes, o relatório da ONU mostra que os refugiados sírios na Jordânia estão recorrendo a diferentes estratégias para satisfazer às suas necessidades básicas. As três estratégias mais utilizadas são:

- a) Utilizar a poupança eventualmente existente;
- b) Recorrer ao trabalho infantil; e
- c) Habilitar-se ao recebimento de ajuda humanitária.

O esgotamento da poupança é a estratégia mais comum e imediata. Diante das dificuldades crescentes as famílias consomem seus recursos residuais e, ao mesmo tempo, procuram diminuir crescentemente seus gastos. Assim:

- a) 57% das famílias de refugiados gastar suas economias; e
- b) 50% dividem acomodações

Outra estratégia bastante utilizada, numa sociedade com baixa tolerância ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, como em geral são as sociedades muçulmanas, é o recurso ao trabalho infantil. Segundo o relatório em tela quase 10% das famílias de refugiados utilizam-se do trabalho de crianças em idade escolar como mecanismo de complementação de renda. Dessas, quase 1/3 afirmou que, ao inseri-las como parte da mão-de-obra familiar, essas crianças são compelidas a sair da escola. (ONU, 2014). Enfim, num quadro de agravamento da crise, o relatório aponta que o recurso ao trabalho infantil está especialmente presente nas famílias mais pobres, indicando uma clara ligação entre essas estratégias de enfrentamento negativo e a vulnerabilidade econômica das famílias. (ONU, 2014).

O auxílio humanitário é a terceira grande estratégia detectada pelo relatório das Nações Unidas. Segundo os dados levantados,

21.000 famílias de refugiados sírios estão atualmente recebendo auxílio em dinheiro do ACNUR. [...]. Entretanto, desde o final de 2014, mais de 9.860 famílias foram identificadas como elegíveis para ajuda em dinheiro do ACNUR, auxílio esse que não pode ser fornecido por absoluta falta de fundos. (ONU, 2014; Livre Tradução).

A falta de recursos é o maior ponto de inflexão dos programas de ajuda humanitária aos refugiados sírios na Jordânia. Ainda assim, o relatório da ONU revela que, embora insuficiente, “o programa de assistência financeira ACNUR contribuiu para uma redução de 20% no número de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza (ONU, 2014).” O valor aproximado de US\$170 (ONU, 2014) tem sido o principal recurso das famílias dos refugiados em solo jordaniano.

Em meio a tantos problemas, o relatório em análise destaca um dado alvissareiro: os níveis crescentes de matrícula escolar. Embora as famílias mais vulneráveis tendam a recorrer ao trabalho infantil como estratégia de composição da renda familiar, e apesar da constatação de que parte significativa das crianças inseridas na dinâmica do trabalho infantil se apartam da escola, foi identificado que a matrícula na educação formal das crianças em idade escolar passou de 44% em 2013 para 53% em 2014 (ONU, 2014). Trata-se verdadeiramente de um dado positivo, que não deixa quedar ao solo a esperança de um futuro melhor para os refugiados sírios na Jordânia.

3 ESTADO E SOBERANIA NO SÉCULO XXI

A ordem internacional hora em construção pouco ou nada se aproxima dos ideais humanitários que, advindos do segundo pós-guerra, lograram se materializar em textos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Na segunda metade dos anos 1940, buscava-se “o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.” (COMPARATO, 2005, p. 225). Hoje, embora o temor de uma terceira (e última) grande guerra mundial tenha se dissipado, sabe-se que as liberdades consagradas pela declaração em tela ainda estão longe de serem materializadas.

Uma das razões pelas quais os ideais humanitários do pós-1945 não se realizaram foi o primado do egoísmo estatal, tal como firmado pela velha tradição realista (MORGENTHAU, 2003). Em outras palavras, o Estado nacional guia-se consoante seus próprios interesses na medida em que é um Estado soberano. Tal como asseverado pelos princípios gerais do Direito Internacional,

Historicamente, a soberania tem sido vista como uma qualidade intrínseca e definidora do Estado. Nestes termos, para que um Estado nacional seja reconhecido como tal, junto a elementos clássicos como povo, território e finalidade, alinha-se a noção de soberania. Estado, pois, por definição, é ente soberano ou, em outras palavras, politicamente independente. (PIRES FERREIRA, 2004, p. 161).

Embora a soberania hoje esteja longe daquela consignada entre os séculos XVI e XVII por autores como Jean Bodin e Thomas Hobbes, é certo que os Estados a evocam sempre que seus interesses singulares estejam de alguma forma ameaçados. Assim, toda uma estrutura internacional deletéria para as necessidades dos países mais pobres (também denominados periféricos, subdesenvolvidos, etc.) tem como um de seus pilares a noção de que os Estados nacionais são soberanos e, portanto, livres para construir sua história. Em sendo livres, só não promovem autonomamente seu desenvolvimento por conta das opções políticas (internas e externas) equivocadas que fazem por sua própria conta e risco. A comunidade internacional, ou seja, a comunidade dos Estados nacionais e suas principais organizações (dentre as quais

destacamos, além da própria ONU, o Fundo Monetário Internacional – FMI; o Banco Mundial – BIRD; e a Organização Mundial de Comércio – OMC), não têm nenhuma responsabilidade por essas respectivas opções e, portanto, pela situação de cada um desses países.

Um juízo mais crítico, ou menos ingênuo, sabe, contudo, que

Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta. Passaram os séculos, e a América Latina aperfeiçoou suas funções. Este já não é o reino das maravilhas, onde a realidade derrotava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus das conquistas, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que ganham, consumindo-os, muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. São muito mais altos os impostos que cobram os compradores do que os preços que recebem os vendedores; e no final das contas, como declarou em julho de 1968 Covey T. Oliver, coordenador da Aliança para o Progresso, “falar de preços justos, atualmente, é um conceito medieval. Estamos em plena época da livre comercialização...”. Quanto mais liberdade se outorga aos negócios, mais cárceres se tornam necessário construir para aqueles que sofrem com os negócios. Nossos sistemas de inquisidores e carrascos não só funcionam para o mercado externo dominante; proporcionam também caudalosos mananciais de lucros que fluem dos empréstimos e inversões estrangeiras nos mercados internos dominados. (GALEANO, 1971, p. 5).

Assim, tem-se claro que, sem qualquer apego ao passado, é necessário quebrar a velha divisão internacional do trabalho e ampliar espaços para que, no contexto da ordem mundial hora em construção, possa haver a liberdade quiçá almejada pela tradição humanista consagrada, dentre outros, na Declaração de 1948. Enquanto isso não ocorrer, a periferia do sistema internacional, na qual, como nós, brasileiros, sírios e jordanianos estão inseridos, continuará a assistir a grandes flagelos que, embora muitas vezes midiáticos e aviltante às consciências da civilização euro-americana, ainda não são capazes de materializar a liberdade, a igualdade e a fraternidade propostas originalmente pelos revolucionários franceses de 1789.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atriz Angelina Jolie esteve, em abril de 2014, numa sessão das Nações Unidas visando a denunciar a situação de penúria vivenciada pelos refugiados sírios na Jordânia e outros países do Oriente Médio. Embora importante, a medida tende a ser pouco eficaz. Afinal, se poderá trazer algum alívio para os refugiados e suas famílias, quiçá ampliando o montante da ajuda internacional destinada a eles, não será capaz de alterar as estruturas internacionais que gestam e fazem crescer os flagelos humanitários hoje existentes.

As crises humanitárias hodiernamente vivenciadas no mundo, bem como os efeitos deletérios do subdesenvolvimento exigem medidas mais amplas do que a generosidade do povo jordaniano, a honesta militância de ícones internacionais como a atriz Angelina Jolie ou o aumento da ajuda financeira internacional para os refugiados. Se é certo que “as estruturas político-jurídicas forjadas no segundo pós-guerra para promover a paz e o bem-estar revelam-se incapazes de estancar o morticínio e o sofrimento” (PIRES FERREIRA, 2014, p. 17) do povo sírio; urge construir, de fato, uma nova ordem internacional que rejeite a dominação e supere o

subdesenvolvimento, logrando construir uma sociedade verdadeiramente livre, igual e fraterna. Esse propósito de um mundo livre, igual e fraterno, que se projeta do passado para nossa contemporaneidade, somente poderá existir no futuro se passos efetivos puderem ser dados no presente. Esse é o nosso maior desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FRANK, André Gunder. Capitalism and Underdevelopment in Latin America. *Monthly Review*, Nova York, v. 18, n. 4, September 1966.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971. (Estudos latino-americanos, v. 12). Disponível em: <[http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina\(EduardoGaleano\).pdf](http://copyfight.noblogs.org/gallery/5220/Veias_Abertas_da_Am%C3%83%C2%A9rica_Latina(EduardoGaleano).pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- MORGENTHAU, Hans. *A política entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universal de Brasília, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Refugiados sírios enfrentam extrema pobreza e péssimas condições de vida, alerta estudo da ONU*. 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/refugiados-sirios-enfrentam-extrema-pobreza-e-pessimas-condicoes-de-vida-alerta-estudo-da-onu/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.
- PIRES FERREIRA, Lier. Estado e soberania no contexto da globalização. In: GUERRA, Sidney; SILVA, Roberto Luiz. *Soberania: antigos e novos paradigmas*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004.
- PIRES FERREIRA, Lier. A guerra civil na Síria e a banalidade do mal. *Justiça & Cidadania*, Rio de Janeiro, Edição 162, p. 16-17, 27 fev. 2014.